

Governador sanciona lei da PPP para o túnel

Ligação Santos-Guarujá deve custar R\$ 6 bi

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou ontem a lei que autoriza a contratação de parceria público-privada (PPP) para construção, operação e manutenção do túnel imerso Santos-Guarujá. O projeto foi aprovado pelo plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no último dia 9.

Considerada a maior obra de infraestrutura do País, a ligação seca entre as cidades de Santos e Guarujá foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos do

Estado de São Paulo (PPI-SP), o que viabiliza a concessão patrocinada por meio de PPP. O empreendimento também está contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

A ligação seca é uma parceria do Governo de São Paulo com o Ministério de Portos e Aeroportos, com participação da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Autoridade Portuária de Santos (APS).

O investimento previsto é



Túnel que ligará as duas margens do Porto é aguardado há décadas e terá parceria entre Estado e União

de aproximadamente R\$ 6 bilhões, que serão custeados por três frentes: Estado, União e setor privado. Desse total, 86% serão provenientes de aporte público dividido igualmente entre os governos Federal e de São Paulo. O Poder Público

estima que as obras deverão gerar 9 mil empregos diretos e indiretos.

“O projeto prevê construção de uma estrutura de 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros submersa. O túnel permitirá o tráfego de veículos de passeio, ônibus

e caminhões, e deverá ter ciclofaixa e espaço para pedestres. A partir da implementação do projeto, a travessia entre Santos e Guarujá poderá ser feita em menos de cinco minutos”, destacou o secretário estadual de Parcerias em Inves-

timentos, Rafael Benini.

De acordo com o Governo de São Paulo, atualmente, mais de 21 mil veículos cruzam diariamente as duas margens em balsas, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres que utilizam barcas e catraias.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, destacou a importância da sanção da lei que autoriza a obra e da parceria entre Estado e União. “É a prova de que a integração dos entes públicos dá os frutos que a população necessita”.

PRÓXIMOS PASSOS

Na segunda-feira, a Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos apresentará aos moradores do Macuco, em Santos, a proposta de novo traçado ao túnel. O Estado aguarda a aprovação do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para a emissão de licença ambiental.

O passo seguinte será reunir toda a documentação atualizada para encaminhar ao Tribunal de Contas da União (TCU), em dezembro. A previsão é de que o edital da PPP do túnel imerso seja publicado no segundo trimestre de 2025 e o leilão ocorra no segundo semestre de 2025.